
GASTOS PÚBLICOS, INFLAÇÃO E DESEMPREGO NA LEI DE OKUN: UMA ANÁLISE SOBRE ALGUNS PAÍSES DA ZONA DO EURO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

William Gledson e Silva¹
Pâmela Zaires Souza Viana²

RESUMO: Este artigo teve o objetivo de analisar, comparativamente, a influência dos gastos públicos sobre a inflação e desemprego na Alemanha, França, Espanha, Grécia, Itália e Portugal, a partir da adaptação conceitual da Lei de Okun, no período 2000/2012. Metodologicamente, usou-se amostragem e estatísticas descritivas para medir o comportamento da inflação e desemprego em relação aos gastos públicos dos países considerados. Finalmente, os resultados mostraram que houve diferenças econômicas entre os países estudados, além da hipótese de repercussões políticas sobre o Banco Central Europeu (BCE) em relação à política econômica da área.

Palavras-Chave: Inflação e Desemprego; Gastos públicos; Lei de Okun.

PUBLIC EXPENDITURE, INFLATION AND UNEMPLOYMENT UNDER THE OKUN'S LAW: AN ANALYSIS OF SOME EURO COUNTRY COUNTRIES AT THE LEVEL OF THE 21st CENTURY

ABSTRACT: This paper aims to analyze, comparatively, the influence public expenditure in the inflation and unemployment in Germany, France, Spain, Greece, Italy and Portugal, from the Okun's law conceptual adaptation, in the period 2000/2012. Methodologically, it used sampling and descriptive statistics to measure of inflation and unemployment behavior in relationship considered countries public expenditure. Finally, the results showed that there were economic differences between countries studied, In addition to the hypothesis of political repercussions in the European Central Bank (ECB) in relationship economic policy area.

Keywords: Inflation and Unemployment; Public Expenditure; Okun's Law.

¹ Bacharelado e Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutor e Pós Doutor em Ciências Sociais no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

1. INTRODUÇÃO

A análise econômica, dentre diversas temáticas, tem atenção especial por se dedicar ao exame do comportamento do governo na gestão de variáveis relevantes, a exemplo da inflação e desemprego, a partir dos gastos públicos. Logo, a chamada política fiscal expressa nas despesas realizadas pelo setor público, a qual permite constatar alguns possíveis efeitos já amplamente discutidos na literatura, a exemplo de Silva *et al.* (2012) e Silva Filho *et al.* (2017).

Silva (2017), por sua vez, apresenta uma síntese das consequências dos gastos governamentais sobre o desemprego e inflação, isto é, a tendência é existir uma relação direta entre gastos e inflação, pois maiores dispêndios provocam necessidades de financiamento dos déficits, pressionando os preços, gerando incrementos inflacionários.

Já a repercussão dos gastos sobre o desemprego expressa que se houver um aumento nas despesas públicas, ocorre uma redução na taxa de desemprego, em virtude do efeito multiplicador keynesiano. Assim, a denominada economia real através da participação do governo, via princípio da demanda efetiva, possibilita se evidenciar um ambiente economicamente mais dinâmico.

Entretanto, o estudo apresenta como suporte teórico alguns elementos relevantes, inicialmente, revela-se o chamado princípio da demanda efetiva sistematizado por Silva (1999) e Serrano (2001), os quais explicitam a importância do enfatizado aporte, invertendo a causalidade da lei de Say consistente com a demanda em sendo consequência da oferta, opostamente ao princípio da demanda efetiva que evidencia a decisão de gastar, na verdade, é o fato capaz de gerar repercussões diretamente proporcionais na renda.

Outro aspecto decorre da consideração de quão influente são os gastos públicos diante da inflação e desemprego, ou seja, a partir da adoção do princípio da demanda efetiva antes enfatizado, esse é admitido como suporte analítico para interpretar os movimentos de política fiscal no controle das importantes variáveis macroeconômicas selecionadas no estudo.

Além disso, a construção da pesquisa exige uma formulação metodológica capaz de sustentar a análise aqui proposta, a saber: a lei de Okun. Essa corresponde ao relacionamento da taxa de crescimento do desemprego com a taxa de crescimento da economia, servindo de fundamento teórico, de maneira

adaptativa, para o que se pretende realizar no trabalho, nas leituras de Simonsen e Cysne (1995), Blanchard (2004) e Carlin e Soskice (2006).

Com efeito, esse modelo tem a finalidade de ser uma referência teórica para que se possa desenvolver o que se intenciona na investigação, tornando-se factível examinar o comportamento das variáveis da pesquisa, com ênfase na zona do euro.

Após essa sumária discussão, o estudo parte da hipótese de que a política fiscal expressa nos gastos públicos é o mecanismo de dinamismo econômico e estabilidade nos países da Zona do Euro, particularmente Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia, em virtude de uma estrutura monetária e institucional comum a essa composição de países, conforme sustentação teórica antes apontada.

Nesse sentido, justifica-se a elaboração da pesquisa, via de regra, por corresponder a um estudo ainda bastante atual, cuja existência do aporte da lei de Okun, alguns países da Zona do Euro (já enfatizados) com diferenças econômicas, além de um período com notável turbulência, a rigor, indica haver razões não desprezíveis ao desenvolvimento da investigação.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar, comparativamente, o comportamento da inflação e desemprego dos países da Zona do Euro, Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia, frente ao gasto público, tomando como referência a adaptação conceitual da lei de Okun, entre os anos de 2000 a 2012.

Portanto, o artigo se encontra dividido em mais três itens acrescidos a esta introdução. A seguir são discutidos alguns sumários apontamentos teóricos e metodológicos; na sequência, pretende-se explicitar os resultados alcançados, restando para a seção derradeira algumas considerações finais.

2. NOTAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE ECONOMIAS DA ZONA DO EURO

Esta seção, via de regra, explicita os aspectos teóricos e metodológicos fundamentais do artigo em curso, tendo como objetivo atingir o esperado na investigação e que se encontra especificado na introdução, mostrando as pretensões envolvidas no desenvolvimento da temática aqui expressa.

Torna-se relevante discutir, ainda que sumariamente, a ideia da união monetária descrita por Krugman e Obstfeld (2005), os quais identificam haver uma

paridade permanente entre as moedas nacionais dos países inseridos no acordo antes apontado, sendo que a configuração na porção europeia estabelecida na Zona do Euro e evidenciada no estudo.

Acrescente-se a isso, a rigor, um desenho teórico bastante breve em torno das chamadas áreas ótimas detalhadas pelos autores supracitados, isto é, um espaço quando mais integrado há tendências ao aumento no fluxo de capitais e trabalhadores mediante o ajuste nos rendimentos (retornos e salários), de maneira que se alcance o equilíbrio eficiente com a maximização da integração espacial.

De fato, Aristis *et al.* (2003) e Vartanian (2010), por sua vez, demonstram reduzida tendência ao antes enfatizado no MERCOSUL, pois a integração não é ótima e, principalmente, a conservação das moedas nacionais provocam restrições mais robustas no fluxo de fatores em trânsito pelos diferentes países do acordo multilateral, reforçando a compreensão da Zona do Euro como o mais próximo exemplo expresso por Krugman e Obstfeld (2005).

Diante do exposto, o estudo discute a relação de um par de conceitos importantes dentro da teoria econômica consistentes com a inflação e o desemprego, em que respectivamente, a primeira corresponde ao incremento acelerado na taxa de crescimento dos preços generalizados na economia, enquanto o segundo diz respeito a existência de parcela de trabalhadores em idade de exercício de seus ofícios e que não encontram postos de trabalho, conforme destaques de Carlin e Soskice (2006), Franco (2006), Silva Filho *et al.* (2011) e Silva *et al.* (2015).

Some-se a isso, na verdade, a inclusão do conceito de gasto público como elemento relevante na dinamização econômica e, paralelamente inflacionária, quer dizer, uma variação positiva nas despesas de quaisquer entes públicos, há repercussões proporcionais no aumento da inflação e, conseqüentemente, uma queda no desemprego tendencialmente, a partir de Silva *et al.* (2012) e Silva Filho *et al.* (2017).

Com efeito, as explicitações anteriores, via de regra, denotam a possibilidade intervencionista governamental, em que tal prerrogativa pode causar distintos impactos econômicos, cuja análise do binômio decorre, ao menos nesta pesquisa, a adaptação conceitual da denominada curva de Phillips e lei de Okun, segundo as descrições de Simonsen e Cysne (1995), Blanchard (2004) e Carlin e Soskice (2006).

Nesse sentido, os autores supracitados demonstram que a curva de Phillips na versão original, por seu turno, estabelece uma relação inicial inversa entre a taxa de crescimento dos salários e o desemprego efetivo e uma taxa de desemprego arbitrária. Além disso, ao substituir a variação salarial pela inflação, alcança-se o chamado dilema entre inflação e desemprego, onde não se podem ter simultaneamente ambas variáveis macroeconômicas em níveis baixos.

Claramente, a curva de Phillips sofre ao longo do tempo algumas alterações teóricas e metodológicas, cujas versões seguintes produzem mudanças importantes no aporte, a exemplo da leitura monetarista de Friedman apontada por Modenesi (2005), o qual destaca haver uma taxa de desemprego natural, a inflação é retroalimentada por políticas monetárias mais expansivas, gerando ao término de determinado período a conservação do desemprego em níveis iguais das constatações antes da expansão monetária, bem como o crescimento econômico, afetando negativamente no aumento da inflação referente ao começo do ciclo.

Uma observação a ser feita sobre a curva de Phillips, sem dúvida, é sobre a versão novo-clássica, na leitura de Modenesi (2005), em que a estrutura conceitual proposta por Friedman é mantida, cujo destaque essencial perpassa pela ideia de um sistema econômico em equilíbrio quase que permanentemente, experimentando momentos de instabilidade mediante intervenções governamentais surpreendentes via expansão monetária, porém, o ajuste ocorre logo após a percepção dos agentes, gerando adequações via revisão das expectativas.

De fato, as versões da curva de Phillips formuladas por Friedman (monetarista) e Lucas (novo-clássica), a rigor, diferem não nos resultados teóricos alcançados consistentes com a impertinência intervencionista governamental através da expansão da base monetária. Contudo, as expectativas adaptativas monetaristas, que correspondem a consideração dos períodos anteriores em relação à taxa de inflação especialmente, bem como as expectativas racionais novo-clássicas fundamentadas na análise do ambiente econômico, o qual se torna instável por ações surpreendentes do governo, de modo que tal contexto implica na dinâmica aqui ressaltada.

Carlin e Soskice (2006), na verdade, ao destacarem o antes explicitado, a rigor, mostram a chamada lei de Okun consistente com a relação inversa entre variação do desemprego e o crescimento da economia, em que essa permite a

tentativa de adaptar tal conceito ligando o gasto público diante da inflação e queda no nível de emprego, estabelecendo a análise aqui pretendida em torno dos países da Zona do Euro. Dito isso, segue-se a explicitação formal da lei de Okun:

$$U_t - u_{t-1} = \alpha + \beta (G_{yt} - g_y) \quad (1)$$

Em que, U_t = Taxa de desemprego no período t , u_{t-1} = Taxa de desemprego no período $(t - 1)$, G_{yt} = Taxa de variação do PIB real, g_y = Taxa natural de crescimento, α = Intercepto, β = Mensura a sensibilidade do desemprego em relação ao PIB.

Assim, o procedimento metodológico se inicia por meio da expressão a seguir:

$$\pi_t - \pi_{t-1} = \beta (RN - r) \quad (2)$$

Onde, π_t = Taxa de inflação no período t , π_{t-1} = Taxa de crescimento efetiva da taxa de juros, β = Coeficiente de ociosidade, Rn = Taxa de crescimento natural da taxa de juros, r = Taxa de crescimento efetiva da taxa de juros.

Nessas circunstâncias, a inflação provoca aumento na necessidade por moeda para a realização de novas transações, exercendo pressões no preço da unidade monetária via juros mais altos, daí a relação ser diretamente proporcional.

Em seguida, é pretensão vincular as taxas de juros com os gastos públicos, conforme expressão na sequência postada:

$$RN - r = \beta (GN - g) \quad (3)$$

Onde, RN = Taxa de crescimento natural da taxa de juros, r = Taxa de crescimento efetiva da taxa de juros, β = Coeficiente de ociosidade, GN = Taxa natural do crescimento do gasto público, g = Taxa de crescimento efetiva do gasto público.

De fato, a relação dos gastos públicos frente às taxas de juros é tal que, quando os gastos se elevam ocorre uma pressão de demanda por moeda, supondo uma oferta monetária não variável no momento observado, os juros aumentam, proporcionando uma relação positiva, a partir de Carlin e Soskice (2006).

As equações (2) e (3), portanto, podem ser assim sintetizadas:

$$\pi_t - \pi_{t-1} = \beta (RN - r) \quad (4)$$

Nesses termos, o que se pode constatar é que a relação se reduz à interação da inflação diante dos gastos públicos, conforme expresso anteriormente, cujo destaque diz respeito a adaptação conceitual da lei de Okun, constituindo a relação anteriormente sistematizada como uma modificação teórico-metodológica, ainda que mantidas as bases do aporte supracitado.

Após essas explicitações, a mencionada lei de Okun é fundamento para a construção da relação desemprego e gasto público, partindo da expressão a seguir evidenciada:

$$U_t - u_{t-1} = \beta (YN - y) \quad (5)$$

Onde: U_t = Taxa de desemprego no período t , u_{t-1} = Taxa de desemprego no período $(t - 1)$, β = Coeficiente de ociosidade, YN = Taxa de crescimento natural da economia, y = Taxa efetiva do crescimento econômico.

Assim, a relação anterior reproduz a chamada lei de Okun propriamente dita, em que uma elevação no ritmo da atividade produtiva efetiva faz cair o desemprego, sendo essas variáveis inversamente relacionadas, conservando o oposto como verdadeiro, de acordo com evidências de Blanchard (2004) e Carlin e Soskice (2006).

Seguindo o raciocínio, o aporte teórico antes apontado, a rigor, mostra que existem as possibilidades de relacionar a taxa de crescimento econômico e o gasto público, tomando como referência os aspectos conceituais considerados no artigo, tal qual se descreve na equação na sequência postada:

$$YN - y = \beta (GN - g) \quad (6)$$

Essas expressões podem ser resumidas na equação abaixo, a qual retrata a ligação do gasto público e o desemprego, concluindo esta trajetória analítica:

$$U_t - u_{t-1} = \beta (GN - g) \quad (7)$$

Com efeito, após a construção teórico-metodológica aqui apresentada, o que salta aos olhos decorre de um exame dos países pertencentes à Zona do Euro, especialmente a Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia, cujo cálculo das estatísticas descritivas para o tratamento dos dados secundários, via de regra, permite estabelecer algumas vinculações entre inflação, desemprego e gastos públicos através dos fundamentos teóricos da lei de Okun, a exemplo das evidências postadas na seção seguinte.

3. COMPORTAMENTO MACROECONÔMICO DE PAÍSES NA ZONA DO EURO PELA ADAPTAÇÃO DA LEI DE OKUN

Após uma discussão sobre os aspectos teóricos e metodológicos centrais a esta pesquisa, na verdade, faz-se necessário realizar a análise dos resultados alcançados no estudo, em que se pretende explicitar as relações apontadas na seção anterior, cujos destaques repousam nas economias da Zona do Euro ligadas à Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia.

Ressalte-se, todavia, que esses países representam porções distintas em termos do dinamismo econômico, quer dizer, a Alemanha, França e Itália correspondem às nações mais robustas economicamente enquanto Espanha, Portugal e Grécia descrevem faixas de menor dinamicidade, permitindo realizar uma comparação do impacto dos gastos públicos diante da inflação e desemprego a partir de perfis diferenciados na Zona do Euro, conforme subsídios de Krugman e Obstfeld (2005).

Nesse sentido, uma relevante explicação é preponderante, isto é, o modelo enfatizado na seção anterior, por seu turno, tem a função de fornecer suporte teórico para a compreensão comportamental aqui admitida, ou seja, não se pretende realizar estimações econométricas, tão somente, o desenvolvimento precedente deve sustentar as análises e interpretações postadas neste item.

Já de posse das evidências da Tabela 1, torna-se relevante admitir que a inflação acumulada entre os anos de 2000 a 2012, especialmente na Alemanha, Espanha e França, respectivamente, demonstra tendências de redução, cujos primeiros revelam uma queda mais pronunciada, reservando ao contexto inflacionário espanhol e francês, cifras menos robustas, a partir da aplicação de Franco (2006) e Vartanian (2010).

Some-se a isso, na verdade, o trio de países restante, os quais apresentam valores interessantes da acumulação inflacionária, isto é, os gregos exibem a diminuição mais pujante, seguidos dos portugueses, deixando os italianos como aqueles com menor retração da inflação, tendo como nuance pertinente o fato da Grécia se encontrar em uma crise mais intensa, conforme traços anunciados por Silva (2017), quando se refere a países periféricos.

Tabela 1 – Variação da taxa de inflação de alguns países integrantes da Zona do Euro entre os anos de 2000/2012 (em percentuais).

Período	Alemanha	Espanha	França	Grécia	Itália	Portugal
2001/2000	-0,39	-1,25	-0,22	-0,86	-0,33	-0,08
2002/2001	-0,48	1,29	0,94	0,34	0,46	0,19
2003/2002	-2,26	-1,39	-0,15	-0,03	-0,33	-1,60
2004/2003	1,10	0,62	-0,05	0,02	-0,47	0,12
2005/2004	-0,81	0,51	-0,58	0,53	-0,04	0,09
2006/2005	-0,02	-1,07	0,00	-0,71	-0,12	-0,07
2007/2006	1,78	1,55	1,06	0,97	0,73	0,17
2008/2007	-2,04	-2,79	-1,59	-1,92	-0,37	-1,90
2009/2008	-0,32	-0,64	-0,10	0,68	-1,22	-0,83
2010/2009	0,50	2,19	0,86	2,53	0,86	2,56
2011/2010	0,68	-0,61	0,70	-2,76	1,41	1,10
2012/2011	0,06	0,49	-1,13	-1,61	-0,98	-1,69
Inflação acumulada do período	-2,20	-1,10	-0,26	-2,82	-0,40	-1,94

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do Global-rates (2017).

De fato, os argumentos anteriores, a rigor, mostram que a Alemanha e a Grécia, respectivamente, descrevem comportamentos reducionistas inflacionários no período observado, cuja razão perpassa pelo choque econômico vigoroso nos anos estudados, atingindo tais países independentemente da pujança de suas economias, com base em apontamentos de Ferreira *et al.* (2016).

Uma explicitação ainda se faz pertinente, quer dizer, Silva (1999) e Serrano (2001) sustentam a ideia de que o gasto público produz aumento no ritmo da atividade econômica via princípio da demanda efetiva, porém, esse expediente provoca no mesmo sentido inflação, conforme salienta Franco (2006), de maneira que o par de países antes enfatizado apresenta menores níveis acumulados de inflação, provavelmente, pela queda na demanda expressa no gasto público.

A tabela 2, por seu turno, retrata que Alemanha, França e Itália demonstram taxas de desemprego acumuladas no período em destaque negativo, enquanto essa variável é representativa na Espanha, Portugal e Grécia, sendo a última a mais pronunciada, denotando elevado patamar de mão de obra fora do mercado de trabalho, de acordo com aspectos de Soares (1995), Silva Filho et al. (2011) e Silva et al. (2015).

Tabela 2- Variação da taxa de desemprego de alguns países integrantes da Zona do Euro entre os anos de 2000/2012 (em percentuais).

Período	Alemanha	Espanha	França	Grécia	Itália	Portugal
2001/2000	-0,10	-3,50	-1,60	-0,80	-1,20	0,00
2002/2001	0,70	0,90	0,10	-0,50	-0,40	0,70
2003/2002	1,30	0,10	-0,10	-0,60	-0,30	1,60
2004/2003	0,90	-0,20	0,60	0,90	-1,00	0,20
2005/2004	0,50	-1,90	-0,30	-0,40	-0,20	1,30
2006/2005	-0,90	-0,70	-0,10	-0,90	-0,90	0,10
2007/2006	-1,60	-0,20	-0,80	-0,60	-0,70	0,30
2008/2007	-1,20	3,00	-0,60	-0,60	0,60	-0,40
2009/2008	0,20	6,70	1,70	1,80	1,10	1,90
2010/2009	-0,60	2,10	0,20	3,00	0,60	1,30
2011/2010	-1,20	1,00	-0,10	5,20	0,00	1,90
2012/2011	-0,40	3,40	0,60	6,50	2,30	3,00
Desemprego acumulado do período	-2,40	10,70	-0,40	13,00	-0,10	11,90

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do Pordata (2017).

Nesse sentido, os autores supracitados possibilitam observar, ainda que sumariamente, evidências significativas em torno do comportamento das economias enfatizadas, correspondendo ao padrão de maior dinamicidade dos países com menor número de desempregados e vice-versa, atestando assimetrias na Zona do Euro, segundo apontamentos teóricos de Krugman e Obstfeld (2005).

Acrescente-se a tais elementos, a rigor, o fato da situação mais crítica corresponder aos gregos, ou seja, esses em relação aos demais países são aqueles que revelam o pior cenário devido a uma taxa de inflação bastante baixa e desemprego mais elevado, denotando uma característica socialmente inaceitável, a partir das versões da curva de Philips descritas por Modenesi (2005).

Já no que diz respeito aos resultados da Tabela 3, nota-se na Alemanha, Espanha e França, respectivamente, um comportamento interessante, ou seja, a primeira apresenta um perfil de expansão nos gastos públicos que aumenta e,

posteriormente, desacelera até o final da série, semelhantemente ao observado na Espanha, diferindo somente a França que demonstra um padrão menos oscilante.

Tabela 3 - Variação relativa do gasto público de alguns países integrantes da Zona do Euro entre os anos de 2000/2012 (em percentuais).

Período	Alemanha	Espanha	França	Grécia	Itália	Portugal
2001/2000	8,39	6,54	3,49	3,08	9,01	9,53
2002/2001	2,15	7,87	5,59	6,37	2,38	4,30
2003/2002	1,80	6,01	3,94	9,13	5,17	5,91
2004/2003	1,09	8,77	3,99	9,33	3,13	5,80
2005/2004	0,95	6,83	4,38	2,09	3,61	5,91
2006/2005	0,56	8,14	3,50	9,99	5,10	1,26
2007/2006	0,71	9,10	4,20	11,93	2,34	3,27
2008/2007	3,19	9,21	3,77	11,32	3,41	2,59
2009/2008	5,12	7,39	3,82	5,71	2,98	8,85
2010/2009	4,18	0,12	2,44	-8,38	0,29	6,13
2011/2010	-1,30	-1,18	2,09	-5,35	0,29	-5,16
2012/2011	1,09	2,80	3,01	-4,63	0,93	-7,32

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do Dados macro (2017).

Acrescente-se a isso, a rigor, uma trajetória de expansão nos gastos públicos italianos sempre no terreno positivo, deixando os gregos e portugueses explicitarem cifras negativas no final do período, denotando que nos anos posteriores à crise de 2008, invariavelmente, há uma redução na elevação do déficit público, demonstrando nuances compatíveis aos apontamentos aqui considerados.

Some-se a tais aspectos, via de regra, o fato de que há uma relação importante entre os gastos públicos diante do comportamento inflacionário e do desemprego, quer dizer, os países examinados demonstram que a variabilidade de seus dispêndios repercute não desprezível sobre a instabilidade econômica expressa na inflação e geração de emprego, possibilitando o alcance de resultados interessantes nesta pesquisa.

Assim, os destaques mais relevantes correspondem à ideia da Alemanha apresentar gastos sempre no terreno positivo e níveis de inflação e desemprego adequados ao longo do período, sendo compatível ao cenário de principal economia da Zona do Euro. Logo, franceses e italianos descrevem trajetórias semelhantes, reservando à nação espanhola uma assimetria comportamental com despesas que se elevam, porém, o desemprego é representativo.

Afinal, o que se reveste de maior minúcia, por seu turno, decorre do desenho grego e português, no qual ambos os países revelam queda acentuada nos gastos e números desfavoráveis no binômio inflação e desemprego, sublinhando haver certos elementos diferenciadores entre nações componentes da área considerada neste estudo, de acordo com evidências de Vartanian (2010).

Seguindo esse raciocínio, faz-se necessário salientar alguns pontos importantes acerca do até então explicitado, ou seja, há um conjunto de aspectos capazes de propiciar os ajustes fiscais na área, os quais impostos pelo Banco Central Europeu (BCE), onde o objetivo é disciplinar fiscalmente os países do bloco, conforme evidências de Krugman e Obstfeld (2005), Salvador (2008) e Silva (2017).

Os autores antes mencionados, por sua vez, fornecem elementos de preponderante peculiaridade na análise aqui proposta, quer dizer, no contexto da crise econômica de proporções globais e de caráter financeiro, o choque enfatizado produz consequentes necessidades de financiamento do déficit público, cuja disciplina nas contas governamentais consequentes tende a gerar queda na aceleração do gasto, podendo explicar o cenário aqui examinado.

Ressalte-se, no entanto, que o destaque mais pronunciado corresponde ao aspecto da Grécia retratar uma economia tida como marginal na Zona do Euro, a qual mostra resultados mais desfavoráveis em torno dos apresentados nesta pesquisa. Logo, tal contorno significa que os gregos experimentando um processo de inflação alta e desemprego não reduzido, fica evidente a correção tendencial via políticas econômicas.

Entretanto, a impossibilidade de uma autonomia mais representativa devido ao cenário restritivo imposto pelo BCE, na verdade, o que salta aos olhos é a conservação de mecanismos institucionais capazes de inibir maiores ajustamentos no sentido dos gregos arrefecerem o desemprego, cuja variável que deve ser controlada perpassa pela inflação em virtude dessa não se espalhar pela Zona do Euro, pelo menos tendencialmente.

Afinal, a leitura de Krugman e Obstfeld (2005) admite compreender a existência de maiores benefícios destinados aos países tidos como centrais na área, quer dizer, a Alemanha, França e Itália exercem maiores pressões sobre o BCE, afetando as decisões em termos da direção da política monetária e, portanto, no ajuste das economias da Zona do Euro, daí o desenho aqui evidenciado apontar um cenário mais desafiador aos gregos, portugueses e a nação espanhola, países

menos robustos economicamente e politicamente no bloco, notadamente os escolhidos dentre aqueles pertencentes ao enfatizado espaço.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento desta pesquisa, a qual teve o objetivo de analisar o comportamento da inflação e desemprego da Alemanha, França, Espanha, Grécia, Itália e Portugal diante dos gastos públicos, a partir da adaptação conceitual da lei de Okun e a presença na Zona do Euro, entre os anos de 2000 a 2012, os resultados aqui alcançados trouxeram relevantes nuances.

Assim, viu-se que países mais robustos economicamente tiveram, no cruzamento das evidências, um comportamento da expansão dos gastos públicos que mantiveram um ritmo equiparável ao vislumbrado em torno da inflação e desemprego, fato destoante daquelas nações menos dinâmicas na área, enfatizando assimetrias na Zona do Euro.

Outro ponto de destaque, via de regra, foi decorrente do ajustamento fiscal diante das demandas populares, em que a Grécia, por exemplo, era menos influente politicamente no bloco vis-à-vis a Alemanha, denotando que o Banco Central Europeu emissor do Euro, sem dúvida, realizava ajustes monetários consequentes das pressões políticas, retroalimentando o contexto assimétrico economicamente.

Além disso, a adaptação conceitual da lei de Okun, a rigor, apontou que houve pertinência na aplicação do aporte conceitual analiticamente sobre as variáveis macroeconômicas inflação, bem como desemprego perante ao gasto público, configurando um possível modelo de análise, o qual ainda se encontra em seus primórdios em termos de construção deste tipo de exame.

Entretanto, os resultados obtidos mostraram que relacionar gastos públicos frente ao contexto inflacionário e desemprego, na verdade, esses demonstraram possibilidades não desprezíveis da constatação de diferenças econômicas entre países, sendo plausível vislumbrar tal desenho repousante na Zona do Euro e permitindo observar claras assimetrias internacionais regidas por uma moeda única.

Portanto, a aceitação da hipótese do artigo em curso, na verdade, explicitou novos caminhos analíticos consistentes com a adoção da Lei de Okun, de forma adaptativa, cujos futuros estudos poderiam traçar relações vinculadas à

econometria, ampliando o número de países do bloco, elevação da série temporal, aumento na quantidade das variáveis independentes, de maneira que a provocação teórico-metodológica trouxe alguma pertinência através da aplicabilidade aqui realizada, mostrando ser viável trabalhos da natureza da postada nestas páginas.

REFERÊNCIAS

ARESTIS, P. et al. O Euro e a Ume: Lições para o Mercosul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-24, 2003.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CARLIN, W; SOSKICE, D. **Macroeconomics: imperfections, institutions and policies**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

FERREIRA, F. D. DA S; SILVA, W. G; LIMA, F. A. **Condições fiscais e crescimento econômico: uma análise das finanças públicas de estados nordestinos, 2003/2015**. Revista Espacios. V. 37, n. 37. P. 7-21, 2016.

FRANCO, G. H. B. **Crônicas da Convergência: ensaios sobre temas já não tão polêmicos**. Rio de Janeiro: *Topbooks*, 2006.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e prática**. São Paulo: Person Addison Wesley, 2005.

MODENESI, A.M. **Regimes Monetários**. Bauru: Manole. 2005.

SALVADOR, E. S. **Fundo Público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007)**. 2008. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SERRANO, F. Acumulação e Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, A.C. M. **Macroeconomia sem Equilíbrio**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA FILHO, L. A. et al. **Dinâmica econômica, mercado de trabalho e emprego formal nas regiões metropolitanas de Fortaleza vis-à-vis Salvador – 1997/2007**. Revista Desembahia. N. 14. P. 7-30, 2011.

_____. **Gasto público das mesorregiões da Bahia: considerações a partir de um indicador multidimensional**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XIX, v. 1, n. 36. P. 140-167, 2017.

SILVA, W. G. et al. Despesas municipais no Sul do Brasil: uma abordagem via painel de dados. **Revista Economia e Tecnologia**, v. 08, n. 3, p. 69-84, 2012.

_____. **Novas regras para o emprego doméstico**: uma análise a partir da avaliação de políticas públicas e da teoria institucionalista. In: ARCUVERDE, A. C. B. (Org.). *Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado para que e para quem*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015. p. 193-211.

SILVA, W. G. **Fundo Público e a Programação e Execução Orçamentárias no Rio Grande do Norte**: Uma Análise a Partir do Plano Plurianual 2004/2015. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
SOARES, L. T. R. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. 1995. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

VARTANIAN, P. R. Choques Monetários e Cambiais sob Regimes de Câmbio Flutuantes nos Países Membros do Mercosul: há indícios de convergência macroeconômica? **Revista Economia**, v. 11, n. 2, p. 435-464, 2010.

Recebido em abril de 2020
Aceito em outubro de 2020